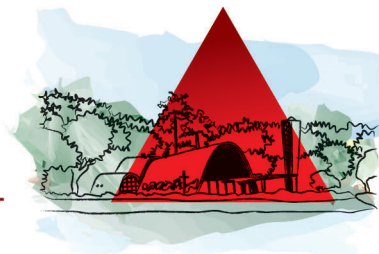


VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Resumo dos principais pontos das palestras

Este documento foi preparado pela equipe de redação do Seminário, buscando registrar os principais pontos trazidos pelos palestrantes. Trata-se, então, de uma compilação da percepção dos redatores sobre as palestras, não representando, necessariamente, posicionamento e/ou opinião do Banco Central sobre os assuntos tratados.

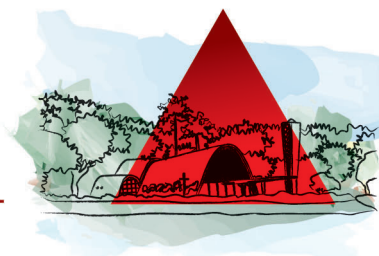
Sumário

Palestra magna. Pelos Caminhos de Minas. Olavo Romano. Escritor.....	4
Tema I: O Governo Brasileiro e o Segmento Microfinanceiro.....	5
Principais ações de estímulo ao desenvolvimento das microfinanças no Brasil. Resultados alcançados e perspectivas. Gilson Alceu Bittencourt. Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda.....	5
O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Avaliação, Perspectivas e Desafios. Max Brito Coelho. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	7
O Banco Central do Brasil e as Microfinanças. As possibilidades de atuação. Microfinanças e Microcrédito. Características e mercado. Evolução dos segmentos regulados. O Projeto Governança Cooperativa. Marden Marques Soares. Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil....	8
Debate. Debatedor: Gilson Marcos Balliana. Chefe do Desuc; Moderador: Alcenor Pagnussat. Presidente da Confederação Sicredi.....	9
Tema II: As Microfinanças e os Micro e Pequenos Empreendimentos	10
Os desafios da intermediação financeira para pequenos negócios. Alexandre Guerra de Araújo. Gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros. Sebrae Nacional	10
As microrremessas no comércio internacional e o Sistema de Moeda Local (SML). José Maria Ferreira de Carvalho. Consultor da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence); e Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante. Chefe do Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin). Banco Central do Brasil	12
Debate. Debatedora: Evanda Burtet Kwitko. Diretora da CREAM Brasil Microfinanças; Moderador: Adalberto Gomes da Rocha. Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil.....	14
Tema III: Funding para as Microfinanças.....	15
Fontes internacionais. André Laude. IFC, Banco Mundial.	15
Fontes nacionais: BNDES. Programa de apoio às microfinanças. Leonardo Pamplona. Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	16

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O apoio da Corporação Andina de Fomento às Microfinanças da América Latina. Daniel Jordan. Representante da Corporação Andina de Fomento (CAF)	17
Debate. Debatedor: Almir da Costa Pereira. Gerente do Banco do Povo Crédito Solidário; Moderador: Eli Moreno. Consultor e especialista em microfinanças	18

Tema IV: Atuação de Entidades Reguladas que Visam Lucro – Desafios e Tendências.....19

Os bancos e o microcrédito. Experiência com departamento especializado. O caso Crediamigo. Stélio Gama Lyra Júnior. Banco do Nordeste do Brasil	19
A entidade microfinanceira brasileira. O caso da SCM Polocred: vendedor e cartão de crédito produtivo. Jacy Diniz Nogueira Filho. Presidente da Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte (ABSCM)	21
Correspondentes no País, uma inovação brasileira. O caso do banco postal e histórias de sucesso no atendimento a populações de baixa renda. Odair Rebelato. Diretor Executivo do Banco Bradesco S.A	22
Debate. Debatedor: Marcelo Cortes Néri. Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas; Moderador: Alvir Alberto Hoffmann. Diretor de Fiscalização. Banco Central do Brasil	23

Tema V: Atuação das Entidades Reguladas que não Visam Lucro – Cooperativas de Crédito – O Desafio da Boa Governança24

O cooperativismo de crédito transformando realidades no Brasil. Márcio Lopes de Freitas. Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	24
Atuação em sistemas verticalizados. Diversas realidades e um só objetivo: a construção de sistemas sólidos, com boa governança. José Salvino de Menezes. Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob ...	26
Cooperativas de crédito ligadas à Economia Solidária e à Agricultura Familiar: a consolidação do modelo e o desafio da integração em nível nacional. Cláudio Risson. Vice-Presidente do Sistema Ancosol	27
Debate. Debatedor: Abelardo Duarte de Melo Sobrinho. Consultor do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil; Moderador: Denise Damian. Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds	28

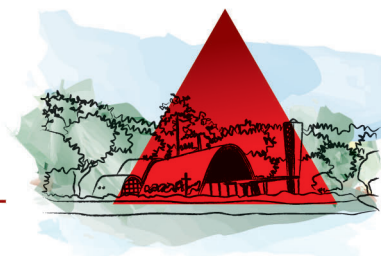
Tema VI: Atuação das Entidades Não-Reguladas29

Análise da atuação das entidades não-reguladas brasileiras. Comparação com outros países. Visão de futuro para essas entidades. Terence Gallagher. IFC, Banco Mundial	29
Principais entidades operadoras no Brasil. A importância da transparência no desenvolvimento do setor microfinanceiro. Adoção de padrões únicos de informação para as entidades microfinanceiras não-reguladas. Alessandra Von Borowski Dodl. Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias. Banco Central do Brasil	31
Debate. Debatedor: Cristiano Mross. Diretor Executivo da Portosol e Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares. ABCRED; Moderador: Manuel Thedim. Fórum Brasileiro de Microfinanças	32

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema VII: Economia Solidária e Moedas Sociais33

Moedas Sociais. O que são, como funcionam e por que podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local. Aspectos relevantes. Marusa Vasconcelos Freire. Coordenadora-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil33

Bancos Comunitários e Fundos Solidários. Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça. Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)36

Debate. Debatedor: Valdi Dantas. Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Organizacional da Finsol Brasil; Moderador: João Sidney de Figueiredo Filho. Chefe do Departamento do Meio Circulante (Mecir). Banco Central do Brasil37

Tema VIII: Microfinanças – Experiências Locais de Sucesso38

Entidade não regulada: o Projeto Ande e o Atendimento a Municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Elza Fagundes. Diretora Executiva da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (Ande)38

O Caso Sicoob Credinova. Estimulando o desenvolvimento local de forma sustentável. Carlos de Paula Coelho Souza. Diretor Administrativo-Financeiro da Sicoob Credinova39

Debate. Debatedor: Luiz José Bueno de Aguiar. Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares. ABCRED; Moderador: Paulo Haus Martins. Especialista em microfinanças.....40

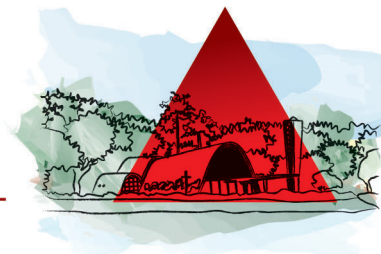
Tema IX: Economia Solidária41

Economia solidária, Moedas sociais e Microfinanças. Paul Singer. Secretário Nacional de Economia Solidária do MTE41

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



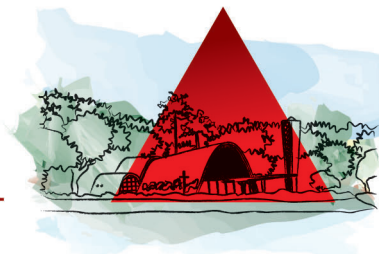
Palestra magna. Pelos Caminhos de Minas. Olavo Romano. Escritor

O palestrante propôs uma ‘viagem por Minas’ com o objetivo de apresentar o jeito, a fala e a vida no interior de Minas Gerais. Em suas palavras, seu propósito foi ‘prosear’, isto é, falar de Minas por meio de histórias, sobretudo da Minas rural. Ao comentar que Minas se construiu através de algumas características (históricas, religiosas e artísticas), o expositor permitiu-se introduzir uma sequência de divertidos e engraçados ‘casos’ que evidenciam algumas peculiaridades do ‘jeito mineiro’ de ser, tais como o gosto pela conversa, o gosto pelo negócio, a importância da ‘novidade’ e a relação entre vida e morte.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema I: O Governo Brasileiro e o Segmento Microfinanceiro

Principais ações de estímulo ao desenvolvimento das microfinanças no Brasil. Resultados alcançados e perspectivas. Gilson Alceu Bittencourt. Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda

A exposição teve como propósito apresentar, de maneira resumida, as principais ações de estímulo ao desenvolvimento das microfinanças no Brasil promovidas pelo Governo brasileiro nesses últimos seis anos. Pontuando os objetivos mais gerais das políticas públicas voltadas a esse segmento, o palestrante procurou mostrar quantitativamente os resultados alcançados e sinalizar os desafios para o futuro.

Os grandes objetivos da política governamental de estímulo às microfinanças foram:

- facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os empreendedores (formais e informais);
- facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros pela população, especialmente de baixa renda;
- ampliar o número e a participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro;
- reduzir a informalidade e as taxas de juros nos financiamentos.

Antes de detalhar as ações inerentes aos referidos objetivos, o expositor fez questão de conceder um destaque especial ao papel das cooperativas de crédito no País, no sentido de: contribuir para a geração de trabalho e renda, ampliando o acesso ao crédito para seus associados, tornando-o mais barato, rápido e menos burocrático; ser um instrumento de inclusão financeira, no aspecto social, ao permitir o acesso aos serviços financeiros pela população mais pobre, e no aspecto territorial, ao facilitar o acesso pela população residente em localidades onde não há instituições bancárias ou onde a atuação destas é deficiente; contribuir para a redução das taxas de juros nos financiamentos.

As ações efetivas do Governo Federal estão relacionadas a(o): aumento das fontes de financiamento para o microcrédito; criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); ampliação da atuação dos agentes financeiros com a população de baixa renda; ampliação e consolidação do Programa Crediamigo; aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestados; eliminação das vedações operacionais para as instituições financeiras operarem com crédito popular; regulamentação do crédito consignado; inclusão bancária da população de baixa renda; aprovação da Lei do Supersimples; permissão para as SCMs atuarem com pequenas empresas e exercerem outras atividades financeiras; permissão para constituição de cooperativas de livre adesão; estímulo e facilidades de captação aos bancos cooperativos; isenções tributárias vinculadas aos atos cooperativos; revisão das normas do CMN ligadas à operacionalidade das cooperativas de crédito; tratamento diferenciado às cooperativas na lei que trata da segurança das instituições financeiras; empenho nas negociações legislativas que resultaram na aprovação do PLP nº 177/2004 (que regulamenta o cooperativismo de crédito), na proposta para a Lei das Sociedades Cooperativas, bem como no encaminhamento de projetos de lei definindo o ato cooperativo e dispondo sobre a tributação dos principais setores cooperativos.

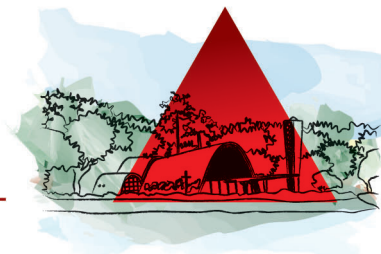
Ainda na linha do conjunto das ações do Governo Federal no estímulo às microfinanças, foram ressaltados dois programas, a saber, o ProcapCred e o Pronaf (potencializado no atual Governo).

O ProcapCred tem como objetivos: capitalizar as cooperativas de crédito, permitindo a elas alavancar mais recursos; e ampliar o valor das quotas-parte dos empreendedores nas suas cooperativas, permitindo elevar o valor do crédito recebido.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O Pronaf é um programa com subsídios da União, operado principalmente por bancos públicos federais e cooperativas de crédito, que beneficia a população rural ligada à agricultura familiar, buscando a equalização de taxas de juros e a cobertura de parte dos custos bancários. Atendeu cerca de dois milhões de famílias em 2007/2008, em diversas modalidades de crédito, ampliando de R\$2,2 bilhões (2001/2002) para R\$10 bilhões (2007/2008) os recursos efetivamente aplicados. Para a safra 2008/2009, estão sendo disponibilizados R\$13 bilhões.

De acordo com o Secretário, os resultados das ações efetivas do Governo podem ser visualizados por meio de dados quantitativos relacionados, por exemplo: ao número de contas-correntes simplificadas; ao valor de aplicações de microcrédito; aos indicadores inerentes ao crédito consignado; à quantidade de cooperativas de crédito e de postos de atendimento cooperativo (PACs). Dados sobre a organização e a divisão regional do cooperativismo de crédito também ilustram a capacidade de crescimento do segmento.

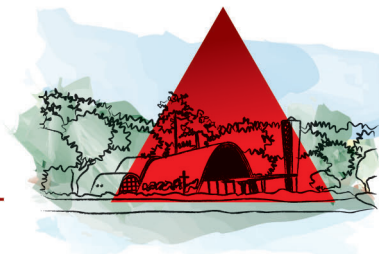
Finalmente, como desafios para o futuro, o palestrante indicou alguns elementos que podem contribuir para o aumento da concorrência e para a redução das taxas de juros subjacentes ao segmento e às entidades de microfinanças:

- busca de novos produtos e mercados;
- serviços e produtos adequados à realidade socioeconômica das comunidades e/ou respectivas atividades;
- atendimento personalizado, desburocratizado e ágil;
- facilidade e comodidade no atendimento (localização e acesso);
- economia de escala – redução de custos (o principal é o custo operacional, não o *funding*);
- ampliar a atuação nos municípios e nas áreas carentes de serviços financeiros.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Avaliação, Perspectivas e Desafios. Max Brito Coelho. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O PNMPO foi criado com os objetivos de disponibilizar recursos, promover o acesso dos microempreendedores ao microcrédito produtivo orientado, gerar trabalho e renda, integrar as demais políticas de desenvolvimento e intermediar a interlocução entre os operadores do setor. Hoje há 275 instituições operadoras de microcrédito habilitadas no MTE (124 cooperativas, 120 Oscips, dezessete SCM, seis agências de fomento), porém algumas não operam.

Desde 2005, por meio do PNMPO, foram realizados financiamentos à economia popular (base da pirâmide) no valor de R\$3 bilhões. Apesar disso, o acesso aos recursos disponíveis ainda é baixo, considerando a quantidade de microempreendedores do País e a existência de recursos que poderiam ser empregados no PNMPO.

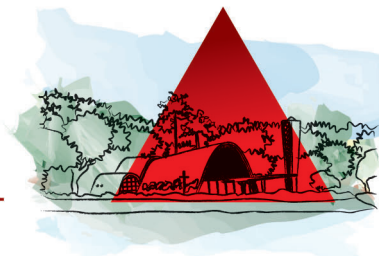
O Ministério vem fazendo um diagnóstico para identificar as causas do acesso relativamente baixo. Algumas das principais causas são: rede rarefeita e incapacidade dos agentes (do lado das instituições operadoras); desconhecimento dos microempreendedores sobre as possibilidades de acesso; falta de garantia das instituições operadoras para oferecer na relação com os bancos; e falta de *expertise* dos bancos no ramo das microfinanças e na avaliação das entidades operadoras.

Diante desse quadro, o MTE implementará (ou já implementa) os seguintes programas: PDI (parceria com BID e BNDES), que envolveu esforços para utilização de plano de contas padronizado e ações sobre governança; projetos de capacitação de agentes de crédito e de microempreendedores; projeto de integração com o Bolsa Família. Além desses programas, há outras políticas isoladas, como divulgação por rádio e disponibilização de serviço de 0800 ao microempreendedor.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O Banco Central do Brasil e as Microfinanças. As possibilidades de atuação. Microfinanças e Microcrédito. Características e mercado. Evolução dos segmentos regulados. O Projeto Governança Cooperativa. Marden Marques Soares. Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil

A abordagem do palestrante foi direcionada ao esclarecimento aos presentes do papel do Banco Central do Brasil no cenário econômico do País, suas formas de atuação na regulação e supervisão das empresas as quais tem por competência legal cuidar.

Frisou a importância da missão institucional visando conduzir e manter o Sistema Financeiro Nacional em um ambiente de solidez e eficiência, cujo resultado esperado, entre outros, é o atendimento das expectativas da sociedade, notadamente das populações mais pobres.

Ressaltou a importância da independência do Banco Central, de fato ou de direito, já que no caso do Brasil não há legislação formal que assim o defina, mas existe na prática, sendo condição fundamental para garantir a estabilidade dos preços e, por consequência, beneficiar os mais carentes.

Abordou a relevância das normas prudenciais, no sentido de evitar crises, e o papel fundamentalmente educativo da supervisão para criar um ambiente de confiabilidade entre o Banco Central e as instituições supervisionadas.

Manifestou sua visão da existência de aspectos bastante favoráveis à implementação das atividades relacionadas com as microfinanças, fundada no crescimento do PIB, no controle da inflação, na diminuição das taxas de desocupação das pessoas etc.

Como problema de amplitude maior a ser atacado pelas entidades públicas e privadas que atuam no segmento das microfinanças está a péssima distribuição de renda, que coloca o Brasil como o país de maior desigualdade da América Latina, sob esse aspecto.

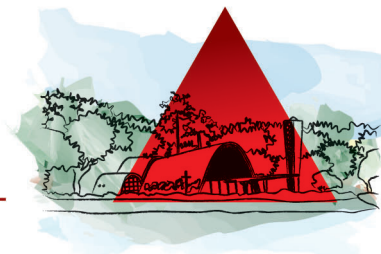
Por fim, destacou a diferença entre as microfinanças e o microcrédito, observando que não há grandes pontos de divergência entre os vários conceitos sobre o assunto, destacando apenas o fato de que a primeira compreende o fornecimento de recursos para todos os fins, enquanto o microcrédito visa alcançar os microempreendedores.

Fechando sua apresentação, deu ênfase à atuação do Banco Central do Brasil na área de microfinanças, por meio de ações educativas, tais como palestras, aulas, cursos etc., disponibilizando na página da Internet os “serviços ao cidadão” e as ações de democratização de acesso ao crédito, atuando na regulação e supervisão das cooperativas de crédito, instituindo os correspondentes bancários e o microcrédito por meio das SCM.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Debate. Debatedor: Gilson Marcos Balliana. Chefe do Desuc; Moderador: Alcenor Pagnussat. Presidente da Confederação Sicredi

O Governo brasileiro, através dos órgãos competentes, tem atuado de maneira proativa em relação à matéria. Foram identificados os diversos órgãos governamentais formuladores de políticas para o setor de microfinanças, com atuação nas atividades de regulação e de apoio logístico aos microempreendedores e às instituições, reguladas ou não, provedoras de recursos para financiar os empreendimentos.

No âmbito do sistema financeiro, foram ressaltados os papéis do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil na regulamentação e supervisão das sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), tendo como objetivo difundir a atividade microfinanceira, com vistas a suprir de recursos os empreendimentos do setor.

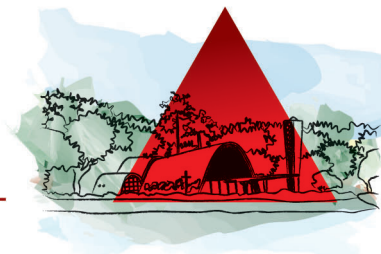
Duas questões emergem, portanto, dessa atuação:

- O que falta para as microfinanças se consolidarem no Brasil?
- O que os agentes financeiros que atuam no setor devem fazer para a expansão do microcrédito no País?

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema II: As Microfinanças e os Micro e Pequenos Empreendimentos

Os desafios da intermediação financeira para pequenos negócios. Alexandre Guerra de Araújo. Gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros. Sebrae Nacional

O expositor parte de um diagnóstico das grandes tendências que afetam os 10,5 milhões de pequenas e microempresas, como:

- crescimento da renda dos segmentos da população de menor poder aquisitivo, provocando a elevação da demanda de diversos bens e serviços, em particular de carne, serviços públicos e serviços financeiros;
- em consequência, houve a entrada de grandes empresas nesse mercado, tradicionalmente atendido pelas pequenas empresas, assim como a adoção de práticas modernas de segmentação de mercado, customização de serviços, informatização e integração entre comércio no atacado e varejo;
- crescente sofisticação dos meios de pagamento, com a generalização do uso de cartões de débito e crédito, introdução de *mobile banking* etc.;
- maior preocupação com os efeitos socioambientais da atuação das empresas.

Com base nisso, lista uma série de desafios colocados para os pequenos negócios, entre eles:

- definição clara do posicionamento de mercado (diferenciação de produtos aproveitando suas vocações específicas);
- adoção de estratégias de *marketing*;
- aproveitamento das vantagens da organização em arranjos produtivos locais.

Completa esse cenário a caracterização do mercado financeiro como pouco profundo (baixo nível de acesso, particularmente para os pequenos negócios); com uma gama de serviços limitada, em que predominam empréstimos bancários, ainda assim de curto prazo; pró-cíclico (empréstimos crescem mais que proporcionalmente nas fases de crescimento da economia e se contraem fortemente na recessão); e que passa uma imagem hostil para os pequenos negócios (grande formalidade, burocracia).

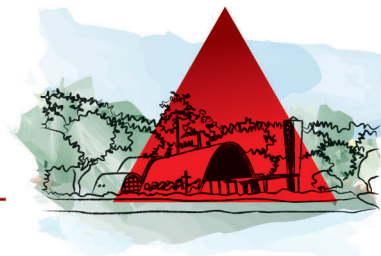
Considerando todo esse cenário, o expositor lista os principais desafios para os provedores de serviços financeiros especializados em pequenos negócios:

- necessidade de se associar para que tenham melhores condições de concorrer com a indústria financeira de grande porte;
- investimento em tecnologia para poder competir com o sistema bancário tradicional, em particular na provisão de meios de pagamentos eletrônicos (apenas 15% das pequenas empresas realizam vendas por meio de cartões de crédito);
- necessidade de se especializarem para oferecer, não apenas o crédito, mas produtos diferenciados que melhor atendam as demandas específicas das pequenas empresas;
- conjugação desses serviços com um elemento de assistência técnica;
- melhoria da governança corporativa e orientação das atividades para atingir a auto-suficiência, deixando de depender de doadores ou subsídios.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O Sebrae está engajado no desenvolvimento do microcrédito. Nesse particular, definiu como sua missão “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo”, e tem por visão de futuro “ter excelência no desenvolvimento das MPE, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, competitivo e sustentável”.

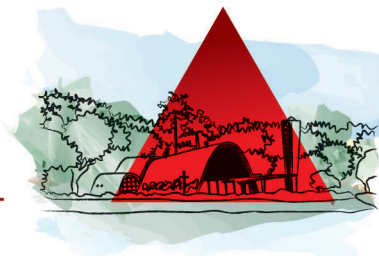
Para finalizar, o expositor elenca onze princípios-chave das microfinanças, dentre os quais destaca os seguintes:

- os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros;
- o papel do Governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e não o de fornecê-los diretamente;
- os fundos dos doadores devem complementar o capital privado, e não competir com ele.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



As microrremessas no comércio internacional e o Sistema de Moeda Local (SML). José Maria Ferreira de Carvalho. Consultor da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence); e Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante. Chefe do Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin). Banco Central do Brasil

Na apresentação “As microrremessas no comércio internacional”, realizada pelo Sr. José Maria Ferreira de Carvalho, Consultor da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence), da Diretoria de Assuntos Internacionais (Direx) do Banco Central do Brasil, foram inicialmente expostos os princípios legais relevantes e a base regulamentar do mercado de câmbio. Assim, foi esclarecido que, conforme a Lei nº 4.595, de 1964, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central possuem competência para estabelecer as regras e os procedimentos aplicáveis ao mercado de câmbio. Houve informação de que: i) o uso da moeda nacional é obrigatório em operações internas; ii) a compra e a venda de moeda estrangeira somente podem ser realizadas em instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, seja diretamente ou por meio de instituição conveniada; iii) o uso do contrato de câmbio e o respaldo documental são obrigatórios para operações superiores a US\$3 mil ou seu equivalente em outras moedas; e iv) as receitas de exportação podem ser integralmente mantidas no exterior.

Nessa apresentação, informou-se que, em termos gerais, a moeda estrangeira pode ser comprada ou vendida sem restrição, cumpridos os princípios da legalidade, da responsabilidade das partes negociantes e da fundamentação econômica. Além disso, foi esclarecido que, relativamente ao comércio exterior, os seguintes agentes autorizados podem realizar operações de câmbio: i) bancos; ii) sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio; e iii) ECT. De se ressaltar que, em ii e iii, as operações estão limitadas a US\$50 mil.

Além disso, foram indicados os prazos de liquidação dos contratos de câmbio referentes ao comércio exterior e as formas de recebimento das exportações e de pagamento das importações. Finalmente, foi esclarecido que o cancelamento das operações de câmbio é livre nas operações contratadas para liquidação futura, sendo vedado o cancelamento de operações de câmbio simplificado.

Já na apresentação “Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)”, realizada pelo Sr. Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante, Chefe do Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin), da Diretoria de Assuntos Internacionais (Direx) do Banco Central do Brasil, foi exposto o funcionamento desse sistema, que deve proporcionar a redução de custos para as empresas brasileiras e argentinas ao poderem liquidar suas operações de comércio exterior diretamente em suas moedas locais.

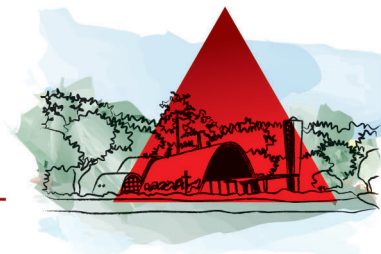
Nessa apresentação, foi inicialmente informado que referido sistema de pagamentos, desenvolvido em conjunto com a Argentina, poderá, no futuro, ser estendido a terceiros países, sendo que o SML não objetiva fomentar o comércio internacional, mas facilitar a liquidação de operações comerciais. Foi esclarecido adicionalmente que o SML, ao permitir a realização de pagamentos e recebimentos entre exportadores e importadores argentinos e brasileiros, em suas respectivas moedas, propicia proteção principalmente para pequenos exportadores em momentos de volatilidade de moedas. Além disso, afirmou-se que o SML foi originalmente voltado para pequenas empresas, embora grandes empresas já tenham demonstrado interesse em utilizar o sistema.

Na oportunidade, foram informadas as datas: i) da assinatura do convênio firmado pelos presidentes dos bancos centrais brasileiro e argentino (8 de setembro de 2008); ii) do lançamento do SML pelos presidentes dos bancos centrais brasileiro e argentino em Buenos Aires (2 de outubro de 2008); e iii) da entrada em funcionamento de referido sistema (3 de outubro de 2008).

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG

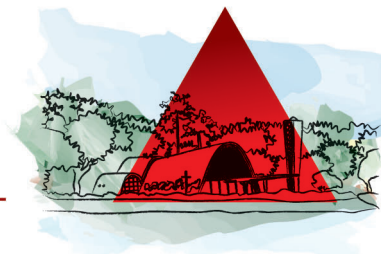


Informou-se que o SML, inicialmente, estará restrito ao comércio de bens, incluídos os serviços e as despesas diretamente relacionadas, tais como frete e seguro, sendo esclarecido que podem conduzir operações no âmbito do SML as caixas econômicas e os bancos detentores de conta Reservas Bancárias, mesmo que não autorizados a operar no mercado de câmbio. Além disso, afirmou-se que o SML exige que a operação seja registrada na moeda local do exportador. Portanto, no caso brasileiro, exige-se que a moeda do documento que ampara a exportação (RE) seja o real e a moeda do documento que ampara a importação (DI) seja o peso argentino. Finalmente, houve informação de que a Taxa SML é uma taxa cruzada, composta pela “Taxa de Referência” do BCRA (peso argentino/dólar dos Estados Unidos) e pela “PTAX” do Banco Central do Brasil (real/dólar dos Estados Unidos) e divulgada diariamente após as 18h.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



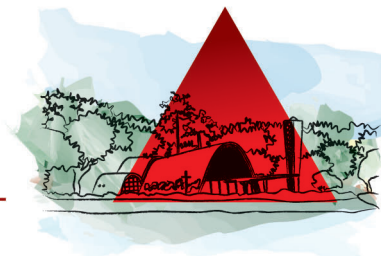
Debate. Debatedora: Evanda Burtet Kwitko. Diretora da CREAL Brasil Microfinanças; Moderador: Adalberto Gomes da Rocha. Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil

Na apresentação da Sra. Evanda Burtet Kwitko, Diretora da CREAL Brasil Microfinanças, foram realizados comentários sobre as remessas dos emigrantes (no caso brasileiro, cerca de 0,3% do PIB), afirmando que apenas cerca de 10% do volume de recursos enviados pelos trabalhadores que emigram são desviados do consumo para poupança/investimento. Citou o caso da recente alteração legislativa ocorrida na Bolívia, que prevê a supervisão do banco central daquele país sobre as atividades de entidades não-financeiras que trabalham com remessas internacionais.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema III: *Funding* para as Microfinanças

Fontes internacionais. André Laude. IFC, Banco Mundial

A palestra versou sobre as principais modalidades de financiamento internacional para as microfinanças que são fomentadas no âmbito da IFC. Essas modalidades são:

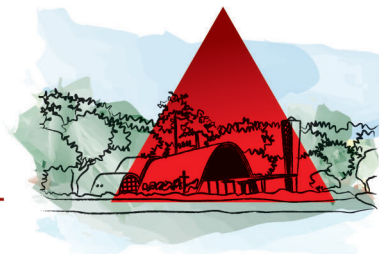
1. Doações: os dados mostram que essa fonte de financiamento está diminuindo sua participação em relação ao total de fundos, mas ainda é um tipo de recurso importante na etapa de criação e gestação da indústria microfinanceira em vários países. Atualmente, ocupam cerca de 27% do total dos recursos internacionais, pelos dados do IFC;
2. Investimento em patrimônio: o palestrante chamou a atenção para o fato de que os investimentos individuais do setor privado estão crescendo, sobretudo em termos de fundos especializados em microfinanças, que encontraram espaço de atuação pelo aumento da alavancagem das instituições que atuam nessa área. O montante dos investimentos em patrimônio representa cerca de 2% do total, mas com um grande espaço para crescimento, uma vez que se estima que atualmente o público atendido pelo microcrédito seja de cem milhões de pessoas em todo o mundo, com potencial para chegar a ser um número dez vezes maior;
3. Investimento institucional: esse tipo de investimento, que surgiu no final da década com uma perspectiva meramente filantrópica por parte dos investidores, passou a uma visão mais profissional em 2003, quando alguns bancos distribuíram papéis no setor. Em 2005, fundos de pensão começam a colaborar com o *funding* do setor;
4. Capital de risco privado: é o último degrau na escala do acesso ao financiamento e já tem aparecido em algumas experiências da IFC. Para entender qual é o papel dos grandes atores em termos de financiamento, é preciso definir microfinanças como uma classe de ativos, tratada por analistas especializados, com desempenho consistente e boa liquidez – os investidores em capital de risco esperam altas taxas de retorno, de 20% a 50%, com período esperado de no máximo cinco anos, portanto essa tendência ainda é nova dentro dessa área;
5. Capital de risco social: o capital de risco social é uma saída mais paciente, espera retornos mais baixos, mas cumpre um papel, junto ao anterior, em crises sistêmicas como as que estamos passando, uma vez que esse pode ser um papel que mantenha boa qualidade na carteira, devido a baixas taxas de inadimplência e estabilidade.

A palestra chamou a atenção para o fato de que o papel da IFC é o de não somente acompanhar transações individuais, como também realizar iniciativas que promovam as microfinanças como classe de ativos de forma mais ampla, sobretudo através de *advocacy* junto aos investidores institucionais.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Fontes nacionais: BNDES. Programa de apoio às microfinanças. Leonardo Pamplona. Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Sr. Leonardo Pamplona, do Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentro do tema “*Funding* para Microfinanças”, discorreu sobre o programa de apoio às microfinanças (PMC) desenvolvido pelo Banco (PMC).

Segundo o expositor, o BNDES é um dos principais financiadores do microcrédito, com um volume de carteira da ordem de R\$67.851.000,00, que representa uma participação de 14,7% do segmento. O PMC, do BNDES, atende 55% das empresas cadastradas no Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, que são representadas por agências de fomento, bancos comerciais, banco cooperativo, cooperativas singulares, cooperativas centrais e OSCIPs, sendo que as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor não têm representatividade na procura pelo crédito fornecido pelo Banco.

Desde 2005 – ano do início do PMC –, foram aprovados pelo BNDES empréstimos que alcançam a cifra de R\$107 milhões, distribuídos regionalmente da seguinte forma:

Região Sul – 50,3%; Região Sudeste – 10,9%; Região Nordeste – 37,4%; Região Centro-Oeste – 1,4%.

Do total acima, já foram liberados R\$65 milhões, sendo que o segmento de cooperativa de crédito é o maior operador junto ao BNDES. Em 2007, houve 74.496 operações cursadas na carteira do PMC, alcançando um volume de recursos da ordem de R\$110.440.902,00, que representa cerca de 40% do total do microcrédito concedido no País.

O perfil dos beneficiários da carteira observado durante 2007 corresponde a: 90% de empréstimos até o valor de R\$3.000,00; 95% são informais; 63% são mulheres; e 40% possuem renda entre um e três salários mínimos.

O PMC extingue-se em 31/12/2008, mas, no planejamento corporativo do BNDES para 2009/2014, a orientação estratégica para o Departamento de Economia Solidária é apoiar o desenvolvimento institucional dos empreendedores e empreendimentos de baixa renda para viabilizar o acesso a serviços financeiros e empresariais, bem como apoiar iniciativas inovadoras. As diretrizes para o microcrédito são: adquirir, produzir e disseminar conhecimento sobre o segmento; induzir a articulação externa com parceiros estratégicos; e ampliar escala ao segundo piso e fortalecer os agentes do primeiro piso.

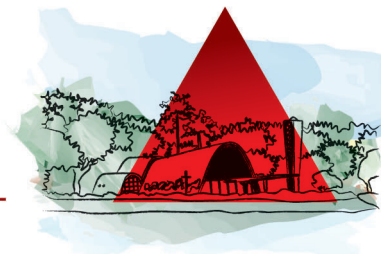
O BNDES tem como objetivo ampliar o fomento às operações de segundo piso, especialmente junto às cooperativas centrais de crédito, bancos cooperativos, agências de fomento e bancos de desenvolvimento; e, no tocante ao fortalecimento do primeiro piso, as ações seriam de melhoria da governança e gestão, a inserção no sistema financeiro nacional e o apoio no avanço do marco legal. As metas do BNDES seriam evolução institucional do segmento, contribuição para diversificação das fontes de *funding* e microfinanças.

Finalmente, o Sr. Leonardo expôs que a política do BNDES tem como foco a baixa renda, voltado principalmente aos beneficiários do Bolsa Família, aos fundos rotativos e aos bancos comunitários, alcançando o microcrédito e as microfinanças.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O apoio da Corporação Andina de Fomento às Microfinanças na América Latina. Daniel Jordan. Representante da Corporação Andina de Fomento (CAF)

De acordo com o palestrante, a CAF é uma instituição multilateral que apóia o desenvolvimento de seus países acionistas e da integração nacional. Atende ao setor público e privado, oferecendo produtos e serviços financeiros diversos.

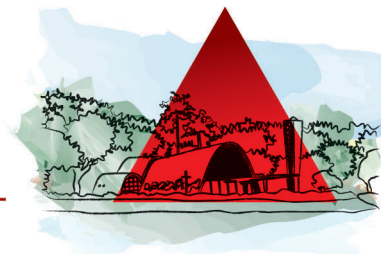
A CAF, sediada em Caracas (Venezuela), reúne dezesseis países americanos, dentre os quais o Brasil, que aderiu a esse organismo em 1995.

O setor financeiro tem se expandido num ambiente de crescimento e estabilidade, mas problemas como falta de garantias, indisponibilidade de informações (registros contábeis), receitas não declaradas, histórico de créditos negativos e risco do setor constituem, entre outros, as limitações do sistema de microcrédito.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



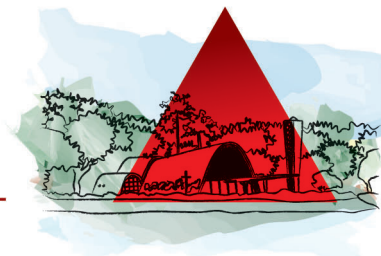
Debate. Debatedor: Almir da Costa Pereira. Gerente do Banco do Povo Crédito Solidário; Moderador: Eli Moreno. Consultor e especialista em microfinanças

Resumo não disponível.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema IV: Atuação de Entidades Reguladas que Visam Lucro – Desafios e Tendências

Os bancos e o microcrédito. Experiência com departamento especializado. O caso Crediamigo. Stélio Gama Lyra Júnior. Banco do Nordeste do Brasil

O expositor Stélio Gama Lyra Júnior, Superintendente de Microfinanças do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na abertura do tema IV: “Atuação de Entidades Reguladas que Visam Lucro – Desafios e Tendências”, relatou a sua experiência à frente de um dos mais bem-sucedidos programas de Microcrédito Urbano do País, o “Crediamigo”.

O bom trabalho desenvolvido junto às camadas mais carentes valeu o reconhecimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao conferir ao programa o prêmio de excelência em microfinanças para a América Latina e Caribe.

O “Crediamigo” tem como missão contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial por meio da oferta de serviços financeiros e de orientação empresarial para microempreendedores e populações de baixa renda.

O “Crediamigo” está operando unidades em Minas Gerais, Espírito Santo, Brasília e, brevemente, em algumas comunidades no Rio de Janeiro. Em agosto de 2008, estava presente em 1.481 municípios, através de 170 agências e 53 postos de atendimento.

Além de empréstimos para capital de giro, investimento fixo, ‘crediamigo comunidade’ (*village bank*), complementam a lista de produtos e serviços ofertados pelo programa conta-corrente (normal e simplificada), seguro de vida, seguro prestamista e orientação empresarial e ambiental.

O modelo de atuação do programa em 1º piso é operacionalizado por mandato, por meio do BNB e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

São responsabilidades do BNB:

- estabelecer as estratégias e metas;
- elaborar e manter manuais normativos;
- definir produtos e serviços oferecidos;
- estabelecer e atualizar processo metodológico; e
- decisão de crédito.

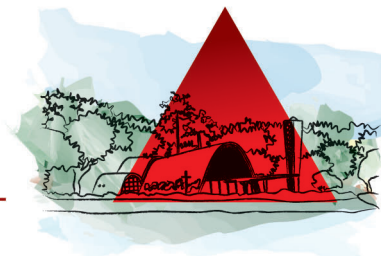
São atribuições das OSCIPs:

- selecionar e contratar pessoal;
- operacionalizar os produtos e serviços mediante pessoal em campo;
- monitorar o processo metodológico;
- *feedback*.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O “Crediamigo” atua como prestador de serviços financeiros para comunidades carentes *downscaler*, e mereceram destaque do expositor os seguintes pontos do seu modelo de atuação:

- a auto-sustentabilidade do programa como princípio básico;
- crédito produtivo e orientado em 1º piso;
- metodologia específica para microcrédito urbano;
- trâmite ágil, adequado ao ciclo do negócio;
- prazos curtos e pequenos montantes.

A estrutura de pessoal conta com uma equipe de 1.637 empregados, sendo alocadas 1.518 pessoas às equipes das agências (224 coordenadores, 333 administrativos e 961 assessores de crédito).

Nos créditos direcionados para Capital de Giro (CG), o endividamento máximo é de R\$10 mil, prazo de um a seis meses, e a taxa de juros é de 1,95% ao mês para valores até R\$1 mil e de 2 a 3% ao mês para valores superiores.

Em Investimento Fixo (IF), o endividamento máximo é de R\$5 mil, prazo de até 36 meses e taxa de juros de 2,95% ao mês. Adicionalmente, para as duas modalidades é cobrada uma Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) de até 3%.

Foi enfatizada como preponderante a gestão de inadimplência na qual é estimulada a cultura de inadimplência zero. Para isso, o assessor financeiro responsável acompanha o cliente, promovendo educação para o crédito, visitas no dia anterior ao vencimento da parcela, bem como, no dia seguinte a eventuais atrasos, envio de mensagens, além das sanções sociais. Os índices de inadimplência demonstram resultados excelentes, comparativamente ao verificado no Sistema Financeiro Nacional. Nos últimos cinco anos, os níveis de inadimplência variaram entre 0,84% e 1,0% para atrasos de um a noventa dias sobre a carteira ativa até noventa dias.

A carteira ativa do programa em 31/8/2008 era de R\$277 milhões, valores distribuídos entre 352 mil clientes, o que representa um valor médio de R\$787 por cliente.

O perfil dessa carteira apresentava a seguinte representatividade por produto: 42% em crédito solidário; 34% em popular solidário; 15% em investimento fixo; 6% em crédito individual; e 3% em comunidade.

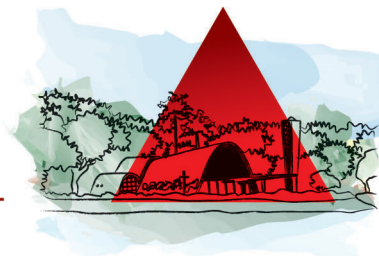
Nos oito meses de 2008, o “Crediamigo” concedeu 625.176 empréstimos, que somaram R\$643,8 milhões, indicando a média de R\$1.029 por operação.

Ressaltou ainda que, de 2001 até 2007, o programa apresentou números mensais sempre crescentes, tanto em termos de quantidade como de valor contratado. De 1/2001 a 8/2008, foram contratadas 11,7 milhões de operações, que somaram um desembolso de R\$3,9 bilhões.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



A entidade microfinanceira brasileira. O caso da SCM Polocred: vendor e cartão de crédito produtivo. Jacy Diniz Nogueira Filho. Presidente da Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte (ABSCM)

O palestrante abordou um caso concreto de sucesso da implementação de produto voltado ao pequeno e microempresário com o objetivo de gerar alternativas creditícias para essa faixa de empresários, quais sejam: capital de giro, capital fixo, antecipação de recebíveis, cartão de crédito fidelidade.

Iniciou a palestra fazendo um breve histórico das sociedades de crédito ao microempreendedor e das empresas de pequeno porte. Ressaltou a importância da Cartilha de Microcrédito de autoria da Sra. Ruth Cardoso para o início de todo esse movimento voltado para o microcrédito. Citou os marcos normativos, a desregulamentação do setor pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.567/2008.

Relatou, ainda, a estrutura da Associação Brasileira das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte, da qual é o presidente. Descreveu a estrutura de governança composta por: comitê de crédito, conselho de gestão estratégico e controles gerenciais; a estrutura contábil sólida e transparente que atende às exigências do Banco Central; e a estrutura operacional, cujo foco está voltado para micro e pequenos créditos produtivos. Discorreu ainda sobre as políticas da associação com suas soluções financeiras por meio de desenvolvimento de soluções inovadoras e da disponibilização de consultores financeiros dirigidos a um público produtivo carente de instrumento financeiro.

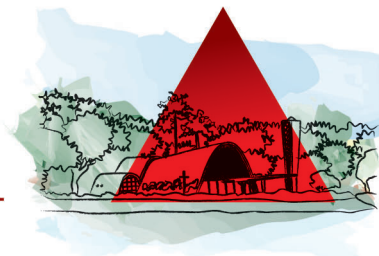
Por fim, apresentou um caso de sucesso: POLOCRED – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte Ltda. Fundada em 2006, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável catarinense por meio de concessão de crédito ao empreendedor, gerando, com isso, alternativas creditícias para o micro e pequeno empresário.

Apresentou os principais produtos: capital de giro, capital fixo, antecipação de recebíveis, cartão de crédito fidelidade, vendor produtivo e crédito consignado ao empreendedor. Discorreu sobre cada uma das modalidades acima, citou as vantagens, a operacionalização, seu respectivo fluxo operacional e os resultados.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Correspondentes no País, uma inovação brasileira. O caso do banco postal e histórias de sucesso no atendimento a populações de baixa renda. Odair Rebelato. Diretor Executivo do Banco Bradesco S.A.

O objetivo da palestra foi discorrer a respeito da história de sucesso do Banco Postal. O palestrante iniciou explicando que o nome “Banco Postal” nada mais é do que a marca por meio da qual os Correios atuam como correspondente do Bradesco, ofertando produtos e serviços financeiros em quase todo o território brasileiro. O projeto iniciado em 2002 conta atualmente com 5.911 unidades (comparado com 3.204 agências), que atendem 93% dos municípios brasileiros.

Em seguida, apresentou uma série de dados quantitativos para ilustrar o alcance desse canal de bancarização, como o volume crescente das transações efetuadas, a distribuição geográfica dos pontos de atendimento (mostrando que, dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 409 não contam com a presença do Banco Postal), o perfil de renda dos clientes atendidos (88% recebem até três salários mínimos), o perfil demográfico (com prioridade para mulheres na utilização do canal – 55% contra 45% de homens) e também a distribuição por faixa etária, destacando que, nos municípios com bancos, a maior parcela de utilização desse canal (37%) estava representada por pessoas de 25 a 39 anos de idade. Já nos municípios sem banco, essa parcela estava mais concentrada em pessoas com idade superior a 60 anos (35%).

Como desafios para o processo de bancarização, citou a falta de infra-estrutura nas localidades, o transporte precário, a informalidade, a falta de treinamento e de educação financeira. Para melhor ilustrar esses desafios, apresentou diversas histórias de pessoas que tiveram suas vidas melhoradas depois da implantação do Banco Postal na comunidade, principalmente naquelas mais distantes dos grandes centros financeiros, como Santana dos Montes, Santana do Riacho e Frei Inocêncio, em Minas Gerais, Autazes e Pauini, no Amazonas.

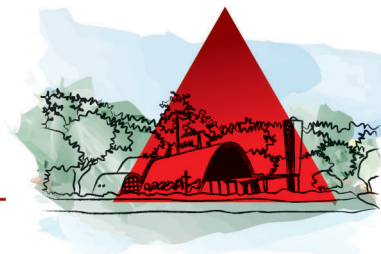
Afirmou que a utilização dos correspondentes como canal de oferta de serviços financeiros é benéfica para todos os segmentos: o Governo, o País, a população, os correspondentes e os próprios bancos. Em seguida, citando normas do Conselho Monetário Nacional e disposições do Código Civil, discorreu sobre alguns aspectos relativos à questão trabalhista envolvendo o exercício da atividade de correspondente, enfatizando que o estabelecimento não é instituição financeira e que, de acordo com a regulamentação vigente, os correspondentes só podem exercer atividades acessórias às atividades da instituição financeira contratante, portanto os atendentes não são considerados bancários.

Por fim, comentando aspectos relacionados à segurança bancária e, por vezes, à necessidade de transporte de altos valores para alguns correspondentes responsáveis, por exemplo, por pagamentos de benefícios, finalizou enfatizando que o grande desafio para a expansão dos serviços de correspondentes no Brasil está na maior utilização de meios eletrônicos de pagamento, como cartão de crédito e débito, em substituição ao papel moeda, por meio da promoção de parcerias com emissoras e administradoras de cartões.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Debate. Debatedor: Marcelo Cortes Néri. Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas; Moderador: Alvir Alberto Hoffmann. Diretor de Fiscalização. Banco Central do Brasil

O Sr. Marcelo Néri iniciou seus comentários reconhecendo a importância das três experiências apresentadas (Crediamigo – BNB, Polocred – SCM, Banco Postal – Bradesco). Destacou que, no caso da Polocred, que atua em Santa Catarina, onde os indicadores sociais são melhores, o trabalho é facilitado. No caso do Banco Postal, destacou a importância desse trabalho – especialmente considerando a dimensão do País –, que possibilitou atingir áreas remotas, cujos custos são elevados. Com relação ao Crediamigo, conduzido pelo BNB, ressaltou que se trata da verdadeira experiência brasileira em microcrédito. Frisou que conhece mais detalhadamente essa experiência, pois teve a oportunidade de estudar o programa, com acesso a uma ampla gama de dados, cujos resultados estão em livro que será lançado em novembro.

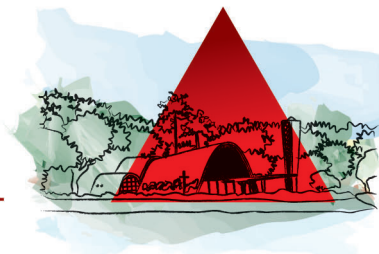
Por fim, comentou que, apesar dos avanços do microcrédito nos últimos anos, ainda há muito a ser feito. Destacou que o grande problema é a qualidade desse crédito que não está sendo destinado ao crédito produtivo. Entretanto, ver que as políticas públicas como o “Bolsa Família”, ou seja, os programas sociais, têm contribuído positivamente para o segmento.

Após os comentários do debatedor, os palestrantes responderam rapidamente às perguntas da audiência, que se concentraram nos aspectos operacionais dos três casos apresentados.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema V: Atuação das Entidades Reguladas que não Visam Lucro – Cooperativas de Crédito – O Desafio da Boa Governança

O cooperativismo de crédito transformando realidades no Brasil. Márcio Lopes de Freitas. Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

O palestrante, presidente da OCB, apresentou uma macroanálise do setor cooperativista brasileiro, no qual atuam 7.672 cooperativas, sendo 1.441 do ramo crédito. São mais de 37 mil empregos diretos em quase 4 mil pontos de atendimento.

Merecem destaque os quantitativos de 7,7 milhões de associados e a geração de 6% do PIB nacional pelo sistema cooperativista no Brasil. A manutenção da riqueza na própria comunidade – atuação sem o fito de lucro, em que eventuais excedentes retornam aos próprios associados – e as operações com menores custos e taxas são pontos destacados como os de mais valia no confronto com as instituições financeiras tradicionais, entre elas os bancos e as financeiras.

Segundo estudos da OCB, com base em dados oficiais do Banco Central, o cooperativismo de crédito apresenta ativos da ordem de R\$45 bi e Patrimônio Líquido de R\$8,4 bi, com crescimento em torno de 25%, compatível com o crescimento das demais Instituições Financeiras Nacionais. Já as operações de crédito atingem R\$18,4 bi, com crescimento de 32% contra 25% das demais IFs, e R\$19,8 bi em depósitos totais, com crescimento 6 pontos percentuais superior aos 19% de crescimento das demais IFs.

A quantidade de associados pulou de 1,6 milhão em 2002 para 3,6 milhões em 2007, apresentando expressivos 125% de crescimento em cinco anos.

A evolução na quantidade de cooperativas e pontos de atendimento apresentou uma elevação de 86% nos PACs de 2001 a 2007, chegando a 2.497 unidades, enquanto se observou pequeno acréscimo de 4% nas cooperativas, que atingiram 1.441 em 2007, o que, concluiu o palestrante, expressa a estabilidade do sistema e um processo crescente de profissionalização.

Cerca de 56% dos contratos de empréstimos são de valores de até R\$3.000,00 em operações de microcrédito, beneficiando mais de dez milhões de brasileiros.

Em cálculos efetuados a partir de levantamento de taxas praticadas no SFN (dados do Banco Central), e considerando as menores taxas e os custos operados pelas cooperativas de crédito, a OCB estima em cerca de R\$154 milhões/mês a geração de renda adicional aos associados do sistema cooperativista brasileiro, ou seja, R\$1,84 bi/ano, recursos que geram investimentos e consumo, mediante circulação de mercadorias no comércio local.

Tal transferência de renda gera, também, uma contribuição adicional aos cofres do Governo, algo em torno de R\$47 milhões/mês ou R\$561 milhões/ano, mediante o pagamento de impostos.

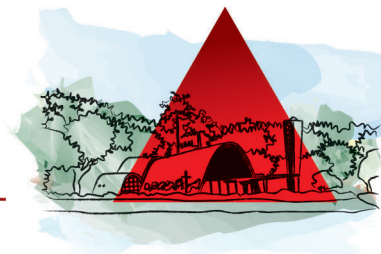
Não obstante esses números promissores, salientou o palestrante que, apesar dos expressivos indicadores, a participação das cooperativas de crédito no SFN é de apenas 2%, tendo muito ainda a evoluir.

O sistema cooperativista transforma o Brasil por meio da concessão de crédito à produção, à saúde, ao bem-estar, ao acesso à evolução e mediante programas e ações de seus organismos, como Sicredi, Sicoob, Sescoop e até da DGRV – instituição alemã de fomento cooperativo destinada à educação cooperativista e financeira, principalmente por meio de projetos sociais e de governança e gestão nas cooperativas associadas.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



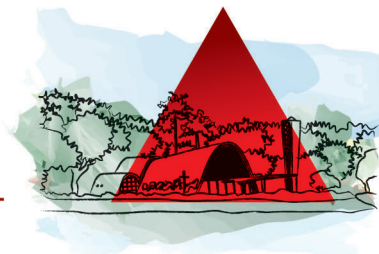
Por último, apresentou como tendências de solidificação e melhoria do cooperativismo em nosso País a profissionalização da gestão – com especialização por ramos de atuação, capacitação e governança; a educação cooperativista – por ações de educação, capacitação e formação cooperativista; a intercooperação – com formação de redes empresariais cooperativistas dentro de cada ramo especializado do cooperativismo e entre eles; e a responsabilidade social com as comunidades – expressa mediante ações sociais, educação e comunicação.

Por tudo isso, o palestrante acredita no crescimento sustentável do setor nos próximos anos, o que certamente será decisivo na transformação da realidade de nosso País para melhor, contribuindo para melhorar as condições de vida e renda e a inclusão social das comunidades.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Atuação em sistemas verticalizados. Diversas realidades e um só objetivo: a construção de sistemas sólidos, com boa governança. José Salvino de Menezes. Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob

A palestra teve como objetivo mostrar a importância da verticalização no sistema cooperativista de crédito. Uma vez que é o associado quem compõe as cooperativas de crédito singulares; e estas, por sua vez, constituem as centrais; que, por fim, constituem os sistemas (Sicredi, Sicoob, Unicred e Ancosol). Percebe-se que o foco da verticalização é, em última instância, sempre o associado.

Os ganhos da verticalização são principalmente: a economia de escala em custos e investimentos; a economia de escopo; a economia tributária (pois não incidem tributos em transações realizadas entre duas cooperativas); e o aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão e controle, propiciando melhor solidez e liquidez ao sistema.

O palestrante focou-se mais atentamente em detalhar o sistema Sicoob, do qual é dirigente. Se antes as cooperativas eram separadas apenas em urbanas ou rurais, a classificação agora é mais ampla: abertas, de funcionários de empresas privadas, de funcionários de empresas públicas, de profissionais liberais, de proprietários rurais, de comerciantes e de empresários.

Atualmente, o Sicoob é a quinta maior rede de postos de atendimento do País, com grande pulverização desses postos. Possui 1,8 milhão de associados, R\$8 bilhões em operações de crédito, patrimônio líquido total do sistema de R\$3,7 bilhões e ativos totais em cerca de R\$13 bilhões. Está presente em vinte estados do País e no Distrito Federal.

Segundo o palestrante, o Sicoob está atento em ser um sistema democrático, que atenda as pequenas centrais. Seu objetivo é criar condições para que as cooperativas tenham acesso a recursos para créditos e financiamentos com baixo custo, podendo, dessa maneira, atender bem seu associado.

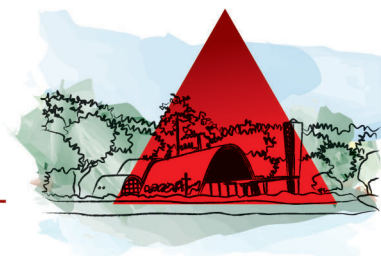
Em relação à governança cooperativa, o palestrante enfatizou a importância de seguir as práticas internacionais em gestão, capacitação, controles internos, supervisão e instrumentos de salvaguardas, como o seu Fundo Garantidor de Depósitos (FGD). A governança cooperativa se dá por meio de legitimidade da representação, coalização do comando e solução dos conflitos de agência que possam existir entre os cooperados e os administradores da cooperativa.

Também demonstrou a necessidade de seguir a regulamentação vigente. E, em relação a isso, chamou a atenção para o fato de que a normatização do cooperativismo de crédito avançou muito nos últimos anos e que o único problema tem sido o alto custo do seguimento dessas normas por parte das cooperativas, em especial as menores. É por isso também que existe a necessidade da verticalização do sistema, o que soluciona a contento essa questão.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Cooperativas de crédito ligadas à Economia Solidária e à Agricultura Familiar: a consolidação do modelo e o desafio da integração em nível nacional. Cláudio Risson. Vice-Presidente do Sistema Ancosol

Descrição da Ancosol (antiga Confesol – Confederação das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária): conta com 198 cooperativas associadas, 190 PACs e 1.071 colaboradores, atuando com foco em municípios de baixa atividade econômica, pouco acesso a serviços financeiros e vocação para a agricultura. Objetiva dinamizar as localidades em que atua, fazendo com que os recursos circulem internamente em tais núcleos econômicos, por meio do aumento da poupança local e do oferecimento de serviços financeiros, em especial o financiamento à agroindústria local, turismo rural, agroecologia, agrofloresta e habitação rural. Isso favorece o desenvolvimento dos agentes econômicos locais, em um processo de criação de sinergias entre estes. Há boa participação da população local nas assembleias. O modelo de atuação é descentralizado e horizontal, calcado nas localidades atendidas, para cumprimento de suas demandas.

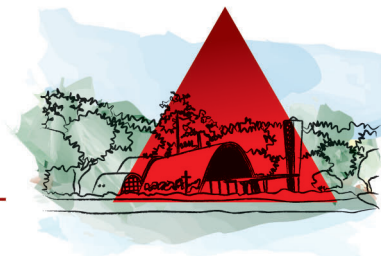
Projetos novos: constituição da Confesol, voltada para o oferecimento de serviços de educação cooperativista, com capacitação em *softwares* de gestão, criando-se assim uma ferramenta para a criação de eficiência no âmbito do sistema.

Desafios: melhorar a gestão das cooperativas do sistema, buscar estrutura normativa que possa incentivar o cooperativismo, ter acesso a programas de interesse público, desenvolver permanentemente a política habitacional.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Debate. Debatedor: Abelardo Duarte de Melo Sobrinho. Consultor do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Banco Central do Brasil; Moderador: Denise Damian. Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds

O Consultor Abelardo Duarte de Melo Sobrinho destacou que a ação cooperativa tem efeitos positivos de transformação da realidade social, pediu críticas e sugestões relativas às ações do BC, reputou relevante a concorrência como modo de estímulo à eficiência e destacou a importância dos balanços sociais, em que os efeitos benéficos das ações cooperativas ganham transparência. Enfatizou que o crescimento dos sistemas cooperativos, principalmente no Norte e no Nordeste, são desafios a ser enfrentados, sendo para isso necessária a educação cooperativa da criança e do jovem. Destacou também a necessidade de fusões entre cooperativas, para criação de ganhos de escala, e da filiação das cooperativas singulares às centrais. Mencionou ainda a alta mortalidade de novas cooperativas entre 2000 e 2007 (cerca de 80%), ponderando que a exigência de plano de negócios tende a reduzir tal número negativo. Citou, por final, a necessidade de constante busca de auto-sustentação das cooperativas, requerendo informações sobre como a Ancosol trabalhava esse aspecto.

Em resposta, o representante da Ancosol mencionou que a sustentação das cooperativistas do sistema dependia do baixo custo administrativo e da adequada preparação das pessoas para atuar nas cooperativas. Julgou relevante, também, buscar fontes públicas de recursos, mas sempre buscando a sustentabilidade. Julgou relevante, ainda, o oferecimento de uma gama mais variada de serviços pela cooperativa, facilitando a obtenção de recursos para sua sustentação.

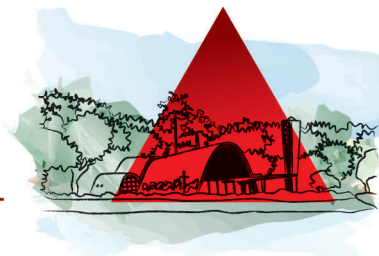
O representante da OCB, Sr. Márcio Lopes de Freitas, reputou ser fundamental a educação cooperativista permanente, citando o exemplo positivo da Alemanha nesse particular. A esse respeito, reputou que é imprescindível combater a cultura exclusiva do prêmio individual, estimulando a ação cooperativa entre as pessoas, com redução do chamado “culto ao eu”. Referiu-se ao exemplo do programa Cooperjovem, voltado para a criação de valores cooperativos em crianças de sete a catorze anos e para o cultivo ao “capital social”.

O representante do Sicoob, Sr. José Salvino de Menezes, por seu turno, destacou que as fusões não devem ser encaradas como motivo de vexame, mas que, em vez disso, os dirigentes cooperativistas devem abrir mão das vaidades pessoais em prol da busca por uma maior eficiência do sistema cooperativo, a qual pode ser obtida por meio de uma adequada política de fusões, geradora dos patamares adequados de escala.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema VI: Atuação das Entidades Não-Reguladas

Análise da atuação das entidades não-reguladas brasileiras. Comparação com outros países. Visão de futuro para essas entidades. Terence Gallagher. IFC, Banco Mundial

O expositor fez ampla abordagem sobre:

1. as ONGs e suas atividades no setor microfinanceiro no País;
2. indicadores do setor no Brasil;
3. desafios e oportunidades.

ONGs e suas atividades no setor microfinanceiro no País

Há 25 anos, não havia ONGs atuando no setor microfinanceiro no País. O crédito era disponibilizado a pequenos e médios produtores por meio de políticas públicas de órgãos governamentais, utilizando-se subsídios. Ainda não havia o conceito de microempreendimento.

O microcrédito só aparece nos anos 1990, tendo como preocupação primordial a saúde financeira das instituições. Buscando as melhores práticas, as instituições aperfeiçoam suas operações, tendo como foco as populações carentes.

Entretanto, a excessiva preocupação com a auto-sustentação restringe a atuação das carteiras.

Tendo como pano de fundo esse cenário, o setor microfinanceiro desenvolve-se a partir de sistemas (Rede Seape, Banco da Mulher etc.).

Estudos do BIRD indicam que os bancos comerciais eram responsáveis pelo maior atendimento a microempreendimentos no País, possuindo 78% das operações de crédito e 68% do volume de recursos destinados ao setor. As ONGs representam apenas 9% e 4%, respectivamente. Entretanto, as ONGs são as entidades que mais possuem penetração em comunidades carentes. O pequeno volume de recursos operado pelas ONGs é resultado da excessiva preocupação dos doadores com custo e retorno, em detrimento do alcance e da qualidade do crédito. Esse cenário influenciou sobremaneira a formação de carteiras de baixa qualidade.

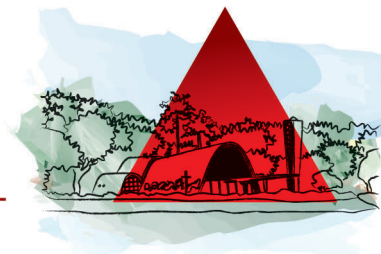
Indicadores do setor no Brasil

As instituições no País são, em sua maioria, jovens, com menos de oito anos de existência. Sua atuação no setor tem como pano de fundo a auto-sustentabilidade. A qualidade das carteiras e a produtividade ainda são inferiores à média internacional, apresentando crescimento heterogêneo. Possuem alavancagem (Ativo Total/PL) alta (acima de dois), superior à média internacional. Apesar de implantado recentemente (menos de vinte anos), ser constituído por instituições pequenas e alavancadas em sua grande maioria com recursos públicos, o microcrédito apresenta bom desempenho no País, com perspectivas de crescimento no longo prazo.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Desafios e oportunidades

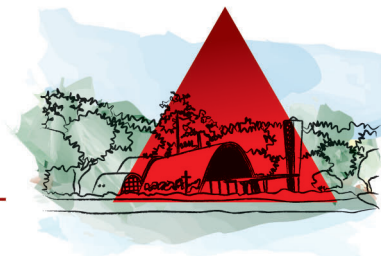
Os maiores desafios para o setor derivam de:

- i) redução do número de doadores;
- ii) redução dos fundos internacionais;
- iii) evolução socioeconômica das comunidades (redução da pobreza e da informalidade);
- iv) aumento da concorrência no setor com participação crescente de bancos, expansão dos maiores *players* e novos entrantes no mercado;
- v) novas tecnologias – canais de distribuição (correspondentes bancários, *M-banking*);
- vi) *bureau* positivo;
- vii) novas metodologias (bancos comunitários, crédito individual, *credit scoring* etc.).

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Principais entidades operadoras no Brasil. A importância da transparência no desenvolvimento do setor microfinanceiro. Adoção de padrões únicos de informação para as entidades microfinanceiras não-reguladas. Alessandra Von Borowski Dodl. Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias. Banco Central do Brasil

A expositora focou sua apresentação em três pilares: OSCIP, transparência e indicadores. Primeiro falou sobre as OSCIPs e a liberdade que têm para inovar. Ressaltou que a não-subordinação das OSCIPs ao órgão supervisor do Sistema Financeiro é, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um risco. O bom aproveitamento dessa liberdade e da situação de não ser supervisionada dependerá da organização e da soma coordenada de esforços do segmento. Um exemplo de boa coordenação foi o processo de Auto-Regulação das IFDs (instituições financeiras para o desenvolvimento) na Bolívia.

Outro ponto enfatizado pela apresentadora refere-se à existência de boas referências no mercado interno: instituições que vêm atuando com tecnologia adequada à realidade local, customizadas a partir do conhecimento do mercado atendido, e com gestão profissional.

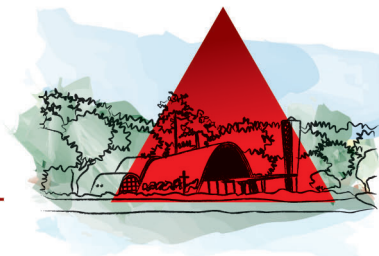
Em relação à falta de transparência, “nosso grande problema”, ela lembrou a crescente disponibilidade de financiamento, mas enfatizou que esses recursos se destinam às instituições que atuam com foco no crescimento de forma estruturada.

As informações e os dados deveriam, segundo Alessandra, estar disponíveis não apenas no *site* da instituição, como também no da entidade de representação. Com grande desenvoltura e ilustrando a partir de indicadores oriundos de casos bem-sucedidos tanto no Brasil como no exterior, Alessandra finalizou apontando a escala como o fator primordial. A escala não é uma variável importante apenas para gestão financeira, mas estaria ligada à própria estratégia da entidade, fornecendo, por exemplo, maior incentivo para a diversificação de produtos. O ganho de escala, aliado à manutenção da missão (promoção do crédito, desenvolvimento e redução de desigualdades), proporcionará o aproveitamento das oportunidades que o cenário favorável oferece.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Debate. Debatedor: Cristiano Mross. Diretor Executivo da Portosol e Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares. ABCRED; Moderador: Manuel Thedim. Fórum Brasileiro de Microfinanças

Para dar início ao debate, o moderador Manuel Thedim comentou, em poucas palavras, a palestra feita por Terence Galagher. Segundo Manuel, Terence apresentou uma visão um pouco mais sombria da situação das entidades não-reguladas (OSCIPs e ONGs) no Brasil, baseado em um histórico de problemas levantados numa pesquisa de 1995, a qual já estaria desatualizada.

Em outra direção, ele resumiu a palestra da Alessandra Dodl como um trabalho original, com análise técnica adequada e apresentação entusiasta das possibilidades das OSCIPs brasileiras, para as quais a inovação seria a chave para criar modelos adequados à sua realidade e transparência, o fator decisivo para ter acesso aos recursos internacionais de financiamento. Contudo, Manuel observou que, em médio prazo, as OSCIPs não precisarão captar fora do Brasil, pois há financiamento interno disponível. No BC, há R\$1,5 bilhão a mais que não está chegando aos microempreendedores.

Após esses comentários, Manuel afirmou que tem dúvidas sobre se a questão da escala, que vinha sendo muito enfatizada pelos apresentadores, é de fato importante para as OSCIPs. Ele entende que não, que algumas se transformarão, aumentando de tamanho, enquanto outras continuarão no seu mercado, atendendo um nicho específico. Então, Manuel passou a palavra para o debatedor.

Em seguida, o debatedor, Cristiano Mross, da Abcred, manifestou sua preocupação com relação aos estudos que fazem comparações entre o Brasil e outras experiências externas, no caso exposto pela apresentadora Alessandra, a Bolívia. Segundo Cristiano, a regulamentação lá é bem diferente, e o sistema financeiro tradicional não é tão desenvolvido quanto o nosso. Ele entende que as organizações brasileiras devem ganhar escala, e têm sim condições para isso. Todavia, a maioria das instituições associadas à ABCRED não conseguem acessar os recursos no Brasil, e as condições dos parceiros internacionais ainda não são as adequadas. É preciso, segundo Cristiano, avançar na regulação. Atualmente, o nosso crescimento é concentrado em poucas instituições. Então, Cristiano perguntou aos expositores qual será o papel das OSCIPs no cenário dos próximos anos.

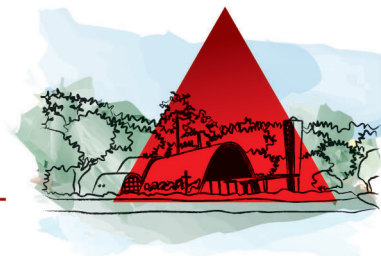
Alessandra Dodl respondeu que, na sua visão, o futuro das OSCIPs está associado, num primeiro momento, à sua capacidade de inovação nos produtos e serviços e, num segundo momento, à sua capacidade de fazer alianças. Ela acredita, sim, na importância da escala e acha que também é importante inovar em estratégias. Quanto às alianças, ela deu um exemplo: no caso de produtos de poupança (captação), que são importantes para os clientes, enquanto não for possível oferecê-los, fazem-se parcerias.

Terence disse que é muito mais otimista quanto às microfinanças das OSCIPs no Brasil do que era quinze anos atrás. Mas argumentou sobre a dificuldade de se apresentar o futuro das OSCIPs no Brasil dada a sua quantidade (cerca de 650) e diversidade de organização e tamanho. Entende que, mais do que a quantidade, é a qualidade que conta. O *benchmarking* não se aplica a todos. Algumas organizações, ao correrem atrás do *benchmarking*, acabam por se perder nos seus objetivos. Ele concorda com o que o moderador disse no início, que ONGs não são montadas para concorrer e sim para atender um grupo específico, um nicho específico, realizar sua missão.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema VII: Economia Solidária e Moedas Sociais

Moedas Sociais. O que são, como funcionam e por que podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local. Aspectos relevantes. Marusa Vasconcelos Freire. Coordenadora-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil

A Procuradora Marusa Freire esclareceu ao público que a apresentação teria como objetivo divulgar resultados preliminares de estudo em desenvolvimento sobre o tema “Moedas Sociais” e que as opiniões emitidas não representavam uma opinião oficial do Bacen sobre o assunto.

A palestra foi dividida em quatro tópicos principais:

I – Moedas Sociais e Economia Global;

II – O que são moedas sociais;

III – Como funcionam as moedas sociais;

IV – Por que as moedas sociais podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local.

Na ‘Parte I – Moedas Sociais e Economia Global’, foram destacadas três importantes características das moedas oficiais:

- Social – por servir como um instrumento mais eficiente de troca nas sociedades, ao contrário do ‘escambo’, que seria a troca de mercadorias diretamente;
- Global – por meio do sistema de câmbio, a moeda funciona como elo entre as nações;
- Virtual – esta é uma característica própria das sociedades atuais, que definiram três funções para a moeda: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor.

Em paralelo à moeda oficial de cada país, há espaço na sociedade para o uso de moedas complementares, denominadas ‘pseudomoedas’, que possuem propósitos especiais ou limitados.

No Brasil, já há experiências nesse sentido: moedas sociais circulantes locais, emitidas por bancos comunitários de desenvolvimento (ONGs), com incentivo de programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O fator complementar da moeda social é o seu caráter de valorização do ser humano nas relações econômicas, aliado a princípios de justiça social, solidariedade, cooperação, autogestão e responsabilidade socioambiental.

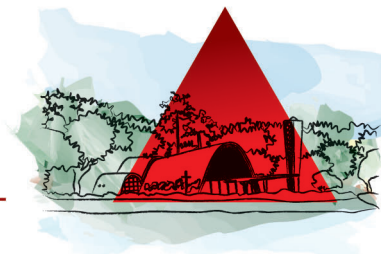
No desenvolvimento da ‘Parte II – O que são moedas sociais’, os princípios básicos a destacar são que a moeda social:

- não concorre com os bancos centrais no sentido de controlar a quantidade de moeda e de crédito, dado que estes detêm o monopólio da emissão de moeda;
- não ameaça o papel dos bancos centrais em relação aos sistemas de pagamentos nacionais e internacionais;
- não coloca em risco a estabilidade do Sistema Financeiro.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



As moedas sociais, como moedas complementares, podem ser utilizadas como instrumentos de políticas públicas de finanças solidárias, porque são compatíveis com a política monetária sob a responsabilidade dos bancos centrais.

A moeda social é um sistema de pagamentos criado e administrado em sistema fechado pelos seus próprios usuários, por meio de organizações sem fins lucrativos, nas quais é valorizado o capital humano aplicado no processo de produção, circulação e distribuição de bens e serviços produzidos na economia real.

Entre os exemplos citados pela palestrante, destacamos uma experiência bem-sucedida de um programa implantado no Japão, no qual jovens prestam assistência a pessoas idosas, recebendo em troca vales que funcionam como moeda social e que podem ser utilizados em uma rede de cerca de quatrocentos estabelecimentos credenciados, beneficiando, em contrapartida, o erário público e toda a sociedade, pela economia financeira e de leitos nos hospitais públicos.

Na ‘Parte III – Como funcionam as moedas sociais’, foram destacados os seguintes pontos:

- a moeda social é complementar à moeda oficial;
- das funções tradicionais de uma moeda, ela somente cumpre a função de troca, não sendo admitido o seu uso em contratos, assim como o lastro obrigatoriamente é a moeda oficial do país em que circule na relação um para um;
- o uso da moeda social é de caráter voluntário, ou seja, ninguém pode ser obrigado a aceitar uma moeda social como pagamento;
- a moeda social somente tem valor na circulação, dado o seu caráter de propriedade comunitária;
- possui forte fator de inclusão social, no qual estudos têm demonstrado que o seu uso cresce de maneira anticíclica à atividade econômica sob a moeda oficial, ou seja, quando cai, por exemplo, o nível de emprego formal (tendo como consequência a queda do nível de moeda na economia), o uso da moeda social é incentivado.

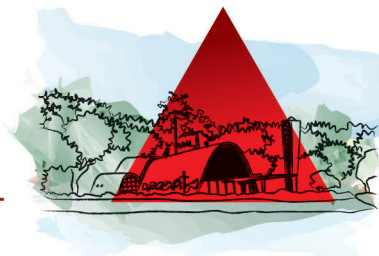
Na ‘Parte IV – Por que as moedas sociais podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local’, a palestrante apresentou diversas estruturas gráficas, demonstrando as variadas formas de uso da moeda social até hoje implementadas, e destacou como pontos relevantes para que a moeda social atinja o objetivo de desenvolvimento social da comunidade na qual ela circula:

- Circuito Fechado – os recursos da comunidade devem ‘circular’ na própria comunidade, para que os benefícios cresçam de forma exponencial;
- Consumo Local – permite que os recursos locais subutilizados sejam direcionados para atender às necessidades locais não atendidas;
- Criação de riqueza – ocorre com o incremento da circulação da moeda social na própria economia;
- Tributos – a ‘circulação fechada’ dos recursos na economia da comunidade permite que ocorra um aumento dos impostos locais (ISS, taxas e contribuições de melhorias).

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Entre as principais dificuldades para que a moeda social cumpra com seu objetivo, foram destacados os seguintes pontos:

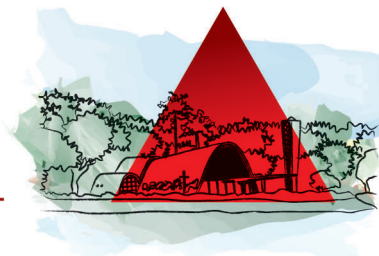
- a construção de ‘circuitos fechados’ requer constante aperfeiçoamento, de modo a incrementar o nível de circulação da moeda social no grupo em que está inserido e os canais de comunicação com a economia externa ao grupo;
- há necessidade de implementar tecnologia avançada relacionada ao sistema de informações e integração com o sistema de pagamentos oficial do sistema bancário.

No contexto geral do painel, ficou destacada a importância, no caso brasileiro, da necessidade de incentivo ao uso das moedas sociais para a redução das desigualdades sociais e regionais, diminuindo a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Bancos Comunitários e Fundos Solidários. Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça. Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O objetivo principal, como ressaltou o palestrante, é a apresentação do tema sob a ótica do Governo Federal, ressaltando que este se vincula aos objetivos da política de microcrédito e microfinanças do Governo Lula de facilitação do crédito, ampliação do acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda e redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos para essa parcela da população.

Iniciou sua apresentação propriamente dita definindo um banco comunitário como sendo o conjunto de serviços financeiros de caráter solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para o desenvolvimento e a reorganização da economia local, tendo por base os princípios da economia solidária. Destacou os três elementos mais importantes para a organização de uma ação de fomento aos bancos comunitários, a saber, a noção de território (a comunidade), os serviços financeiros de natureza associativa e comunitária e a rede de parceiros locais. A noção de território está associada à noção de redes sociais, ou seja, serviços financeiros em rede ofertados por associações e centros comunitários que irão demonstrar o processo de articulação daquele território. A idéia, nesse caso, não é utilizar correspondentes para a distribuição desses serviços. Por sua vez, os serviços financeiros em rede, de natureza associativa e comunitária prevêm associação com o Banco do Brasil para utilização de sua rede de correspondentes. A rede de parceiros locais tem por função substituir os custos iniciais para construção da estrutura física de um banco comunitário. Esses parceiros podem ser os líderes de ações públicas na comunidade, ONGs, enfim, parceiros que possuam envolvimento com aquela comunidade. Explicou que esses bancos utilizam moedas sociais em curso na comunidade onde estão instalados e que oferecem diversos serviços financeiros, como depósitos e saques, cartão de crédito popular, pagamento de benefícios e salários, recebimento de títulos e contas.

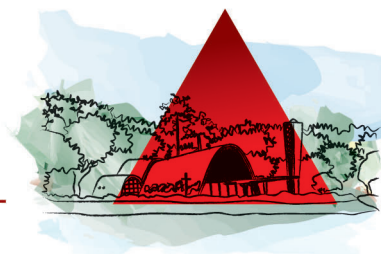
Os bancos comunitários também oferecem serviços não-financeiros, caracterizados por se constituir em elementos propulsores para o desenvolvimento local. Como exemplo citou o fornecimento da agenda econômica do território, que pode conter um mapa de consumo daquela comunidade ou um levantamento das suas despesas básicas mensais e anuais, para fins de comparabilidade com outros territórios. Dessa maneira, o Banco Comunitário poderá orientar as estratégias daquela comunidade. Ressaltou a importância da difusão desses produtos e serviços de forma a melhorar a auto-estima do território, fazendo com que a própria comunidade reconheça a importância do empreendimento. Como fundamentos metodológicos dos Bancos Comunitários, citou o desenvolvimento com foco no território, sem perder de vista uma perspectiva nacional; o crédito como um fim e não como um meio; a economia popular solidária x a economia informal; o controle social, por meio da criação de especialistas para o gerenciamento de bancos comunitários; e o relacionamento entre as redes sociais, enfatizando que não basta ter uma série de agentes comunitários – é preciso que eles se relacionem. Destacou a existência de programa governamental no sentido de expandir o número de bancos comunitários dos atuais 33 para 183, até 2010, mencionando os aspectos mais importantes dessa política de ampliação:

- a) consolidar as práticas do Banco de Palmas (CE) como referência do programa;
- b) consolidar a parceria com o Banco do Brasil; e
- c) reforçar o compromisso do Governo Federal em contribuir na capacidade de organização da comunidade urbana e rural em que estiver sendo constituído o banco comunitário.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



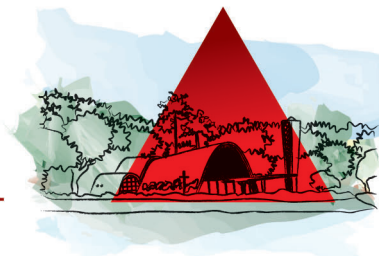
Debate. Debatedor: Valdi Dantas. Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Organizacional da Finsol Brasil; Moderador: João Sidney de Figueiredo Filho. Chefe do Departamento do Meio Circulante (Mecir). Banco Central do Brasil

Destacou a Economia Solidária como sendo uma resposta aos problemas congênitos do capitalismo. Comentando artigo do economista Delfim Neto, citou a trindade maléfica, representada pela extrema pobreza, desigualdade na distribuição de renda e crises cíclicas. Comentou a gradativa complexidade das tecnologias sociais para fazer face ao combate à pobreza e das tecnologias de microfinanças, que, por decorrência, exigem cada vez mais capacitação do material humano, um dos pilares dos bancos comunitários, de forma a atender a essa complexidade. Destacou que a forma de enfrentamento dessa complexidade representa hoje o grande desafio para as entidades, as comunidades e o conjunto de agentes que lidam com essas tecnologias. Por fim, enalteceu a capacidade criadora desses agentes frente ao desafio de combate à pobreza e de promoção de inclusão social das pessoas de mais baixa renda.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema VIII: Microfinanças – Experiências Locais de Sucesso

Entidade não-regulada: o Projeto Ande e o Atendimento a Municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Elza Fagundes. Diretora Executiva da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (Ande)

De acordo com a Sra. Elza, falar de experiências é um grande desafio. Nesse sentido, a Ande tem pensado em como esse desafio pode ser relevante para a sociedade. A Ande está presente no Brasil há mais de trinta anos e as microfinanças não poderiam deixar de fazer parte dessa organização.

A sua missão é contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável das famílias mais pobres, promovendo a sustentabilidade da economia das micro e pequenas empresas locais. O seu maior desafio é chegar em 2010 como uma organização líder em serviços microfinanceiros, com reconhecida eficiência e capacidade operativa, oferecendo produtos e serviços diversificados e inovadores à população menos favorecida.

A Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (Ande) é uma OSCIP, opera desde 2005 com microcrédito destinado a empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, oferecendo capital de giro, capital fixo e crédito rural.

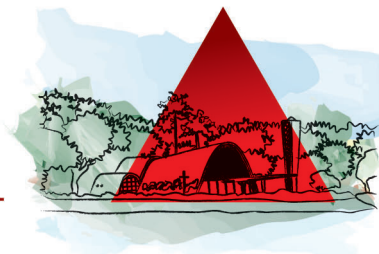
O público atendido pelo programa de microcrédito Ande é 100% formado por pessoas físicas, das quais 68% são mulheres, sendo que 83% utilizam os recursos para capital de giro e 70,8% atuam no comércio.

Com base nos dados da carteira da Ande, para cada cem operações de microcrédito realizadas, são criadas vinte novas vagas de trabalho. Nos municípios em que trabalha, a Ande atua em parceria com o Sebrae em associações comunitárias locais. Em Minas Gerais, atua em parceria com a Federal da Indústria e Comércio do Estado, com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Curvelo e Paraopebas e com o BDMG. No Estado de Minas, dezoito mil empreendedores foram beneficiados com créditos da ordem de 28 milhões.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



O Caso Sicoob Credinova. Estimulando o desenvolvimento local de forma sustentável. **Carlos de Paula Coelho Souza. Diretor Administrativo-Financeiro da Sicoob Credinova**

O Sr. Carlos de Paula Coelho Souza, Diretor Administrativo e Financeiro do Sicoob Credinova, dentro do tema “Microfinanças – Experiências locais de sucesso”, efetuou palestra discorrendo sobre “O Caso Sicoob Credinova – Estimulando o desenvolvimento local de forma sustentável”.

O Sr. Carlos começou definindo o perfil da Cooperativa de Crédito do Lago de Três Marias Ltda., que é uma cooperativa de livre admissão, com sede em Morada Nova de Minas (MG), filiada à Crediminas, sendo a primeira cooperativa de livre admissão aprovada pelo Banco Central, a qual foi inaugurada em 1995 e teve um crescimento médio anual de 43% nos últimos quatro anos, devido principalmente à livre admissão e à profissionalização de seu corpo de dirigentes.

A Cooperativa de Crédito resolveu operar no microcrédito em virtude da opinião generalizada no mercado de que a atividade é inviável aos bancos e também devido à missão da cooperativa, que é assegurar aos associados e as suas comunidades, por meio da cooperação, soluções financeiras e de serviços compromissadas com o seu desenvolvimento econômico e social.

Os recursos do programa são providos pelo BNDES e pelo BDMG, sendo que recursos próprios da cooperativa não podem ser utilizados, pois não há reciprocidade. A vantagem do desenvolvimento do programa dentro da cooperativa está no fato de que não há necessidade de se criar outra estrutura para cursar tais operações, a não ser o pessoal envolvido diretamente no trabalho de campo, os agentes de crédito.

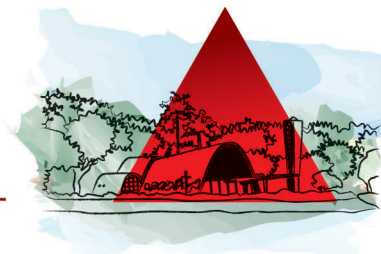
O Sr. Carlos discorreu sobre dois exemplos de sucesso acompanhados pelo programa: os casos dos piscicultores de Morada Nova de Minas e dos horticultores de Três Marias. O agente de crédito faz o diagnóstico do problema enfrentado pelos microempresários, que nos dois casos foram, respectivamente: as despesas com custeio da atividade dos piscicultores realizada com financiamento boletado do fornecedor a juros de 5% ao mês e a defasagem tecnológica dos horticultores, tendo apresentado a solução de, no primeiro caso, empréstimos com juros de 2,2% ao mês, com prazo de seis meses, e, no segundo, a construção de estufas. Em ambos os casos, houve significativo aumento da renda familiar das pessoas envolvidas nos negócios. Foi relatado também o caso de transformação de uma atividade em uma empresa formal.

O ponto de equilíbrio do programa será alcançado quando a carteira chegar ao montante de R\$200.000,00. A viabilidade do negócio se dá com repasse do BNDES/BDMG. Para operar com recursos próprios, a Cooperativa teria de observar o limite de até dez vezes o valor do capital para empréstimos. Se um associado integraliza o mínimo de R\$10,00, atualmente exigido para se associar, o valor máximo que o microempreendedor poderia operar com recursos da cooperativa seria R\$100,00. A sustentabilidade é adquirida através da participação do cooperado nos rateios das sobras. Com isso, caso os convênios com os dois bancos não venham a ser renovados, em 2013 o cooperado (microempreendedor) terá acumulado capital social suficiente para fazer frente à sua demanda de empréstimos e a carteira de microcrédito da cooperativa já não dependerá de repasses.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Debate. Debatedor: Luiz José Bueno de Aguiar. Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares. ABCRED; Moderador: Paulo Haus Martins. Especialista em microfinanças

No debate que se seguiu às duas apresentações, a do Sr. Carlos de Paula Coelho Souza sobre a Sicoob – Credinova e a da Sra. Elza Fagundes, que discorreu sobre a Ande – OSCIP criada para atender aos municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, dentro do tema VIII – Microfinanças – Experiências locais de sucesso, o debatedor Sr. Luiz José Bueno de Aguiar, da ABCRED, ressaltou que se tratava de duas experiências distintas e que se encontravam no mesmo objetivo.

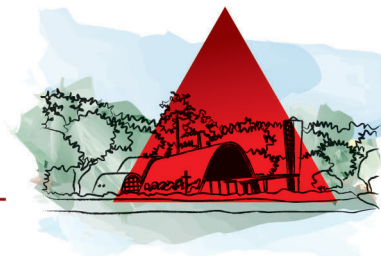
Foram levantadas duas questões: uma a respeito da insuficiência do marco legal regulatório no tocante às OSCIPs, que precisa ser aprimorado para que essas organizações tenham maior visibilidade para a sociedade; e outra a respeito da curta experiência de tempo para mostrar sucesso, apenas quatro meses de existência do programa da Credinova, pois os cooperados advindos do microcrédito podem estar interessados em somente pedir empréstimos, sem ter o espírito cooperativista da atividade.

Por fim, ressaltou que se trata de dois sucessos, com grande crescimento da carteira de microcrédito observado nas duas experiências.

VII

Seminário Banco Central sobre Microfinanças

29 de setembro a 1º de outubro de 2008
Belo Horizonte – MG



Tema IX: Economia Solidária

Economia solidária, Moedas sociais e Microfinanças. Paul Singer. Secretário Nacional de Economia Solidária do MTE

Paul Singer iniciou sua fala procurando expor o contexto histórico do surgimento das moedas sociais. Disse que elas não são fenômeno recente – foram encontradas em todas as crises monetárias desde 1837. Sobre tudo na crise da década de 1930, surgiram muitos sistemas de moedas locais/sociais comunitárias. E hoje existiriam cerca de 4.000 sistemas de moedas sociais em todo o globo. Assim, o expositor tenta responder qual a razão de ser dessas moedas complementares.

Segundo ele, no âmbito das moedas complementares, as sociais estão longe de ser maioria – as comerciais é que ocupam esse posto, através, por exemplo, de sistemas monetários intra-empresa para fidelizar clientes e oferecer brindes. De acordo com Singer, a grande diferença é que as moedas sociais são um instrumento de combate à exclusão social.

Retomou que, geralmente, em cada país, há um Banco Central que lastreia a moeda e deve garantir seu valor. Assim, às vezes é preciso tornar a moeda escassa para o combate à inflação – o instrumento para isso é o aumento da taxa de juros. Dentro dessa lógica, segundo ele, as moedas nacionais apresentam tendência à escassez. Assim, esse sistema mostrar-se-ia particularmente cruel com a faixa mais pobre da população, que é afetada de maneira mais forte quando há restrição de moeda – como essa faixa da população não tem reservas aplicadas, acaba por sofrer as consequências de forma mais dramática.

As moedas sociais viriam daí. Comunidades excluídas criam-nas para se defender dessa exclusão, gerindo-as para si mesmas – assim, podem integrar a economia solidária (portanto, há aspectos ideológicos nesse contexto). As moedas sociais têm, portanto, função econômica, mas não se restringem a isso. Elas são iniciativas de movimentos sociais e objetivam angariar o desenvolvimento local, brecando a exclusão. Com as moedas sociais, a economia solidária pode se desenvolver melhor. Elas teriam um efeito de “substituição de importações” dentro de áreas demarcadas. As moedas sociais seriam, portanto, um elemento catalisador da criação de comunidades, as quais são cada vez mais raras no mundo atual, marcado pela forte impessoalidade das relações sociais.

O autor salientou uma especificidade das moedas sociais: algumas delas são oferecidas em Bancos Comunitários a juros zero, ou, ainda, a juros negativos. Isso faria com que a moeda se desvalorizasse com o tempo, invertendo a lógica do sistema monetário oficial. Nessa nova lógica, aqueles que estão de posse de moeda têm mais incentivos a utilizá-la rapidamente, pois, caso contrário, ela perde o valor. Assim, essa característica seria um facilitador dos investimentos.

Por fim, o autor procurou discorrer sobre propostas futuras no tocante à moeda. Segundo ele, o enfrentamento da crise ecológica só poderá ser feito mediante o uso de moedas não ligadas a juros. As economias baseadas nessa lógica seriam “míopes”, pensando apenas no curto prazo, e isso teria efeitos graves para nossa situação ambiental, que já é preocupante. As moedas com taxas de juros negativas valorizariam investimentos de longo prazo, enquanto a moeda tal qual a conhecemos hoje faz com que os investidores confirmem pouca importância ao longo prazo. Desse modo, talvez a criação de uma moeda de juros negativos de uso opcional em âmbito internacional se mostrasse eficiente para combater os problemas ecológicos.